

Domingo, 3 de março de 2024

Mesa de negociação: Sem luta não vão haver avanços

No dia 28 de Fevereiro, ocorreu a sétima Mesa Nacional de Negociação Permanente, na sede da DNIT, em Brasília. Essa já é a sétima rodada de negociação sem proposta do governo de reajuste para esse ano. Apesar de ser a primeira mesa de 2024, as negociações se arrastam desde julho de 2023. De lá pra cá, o que temos visto é apenas o esforço do funcionalismo federal em negociar. No dia 30/01 foi oficializada uma nova proposta, mas mais uma vez a reunião terminou sem uma definição concreta.

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, insiste em condicionar a recomposição salarial dos servidores federais a um possível incremento no orçamento da União.

Da contraproposta protocolada no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), constam dois blocos de recomposição salarial: Reajuste de 34,32% dividido em três parcelas iguais de 10,34%, em 2024, 2025 e 2026, para os servidores federais que em 2015 firmaram acordos por dois anos (2016 e 2017).

Reajuste de 22,71% dividido em três parcelas iguais de 7,06%, em 2024, 2025 e 2026, para os servidores que em 2015 fecharam acordos salariais por quatro anos (2016 a 2019). A proposta ratifica ainda o pedido de equiparação de benefícios (alimentação, creche e per capita de saúde) e de maior celeridade para as mesas específicas de negociação.

Para este ano, foi ofertada aos sindicatos presentes uma série de readequação nos valores dos benefícios concedidos aos servidores públicos. A União prevê elevar, a partir de maio, o auxílio-alimentação de R\$ 658 para R\$ 1 mil; a contrapartida dos planos de saúde de R\$ 144 para R\$ 215; e o auxílio-creche de R\$ 321 para R\$ 484,90. As mudanças representarão 51,06% de reajuste nos auxílios.

De acordo com o coordenador geral do Sindsprev-PE, Luiz Eustáquio, a estratégia do governo, de priorizar o reajuste de benefícios, como o vale-alimentação, prejudica os aposentados e, por isso, não atende às

entidades do funcionalismo. “A proposta prejudica os aposentados. Nenhum servidor ou servidora pode ficar para trás. Além disso, não precisamos apenas de reajuste, mas de recomposição salarial. Na mesa do INSS, no próximo dia 7, estarei novamente em Brasília representando o sindicato e também a nossa categoria.” afirmou Luiz Eustáquio.

Os servidores devem aumentar a mobilização nos próximos dias e prometem realizar protestos em todo o país no próximo dia 8 de março, durante os atos em celebração do Dia Internacional da Mulher. Para Luiz Eustáquio todos os servidores precisam estar preparados para a possibilidade real de uma greve nacional. “Sabemos que não há avanço sem luta, ainda não existe nada concreto mas se nossas pautas não avançarem então poderemos entrar de greve sim”, finalizou o coordenador geral do Sindsprev-PE.

Feijó finalizou a proposição do Governo afirmando que há uma possibilidade – apenas se houver aumento na arrecadação federal – de reajuste nas remunerações dos SPFs, mas não informou qual seria o índice e se incluirá aposentados e pensionistas. O secretário adiantou que deve dar uma resposta a respeito do reajuste em três meses, em maio, portanto.

Diante da manutenção de uma proposta tão insatisfatória e aquém do esperado, as entidades sindicais protestaram, argumentando que o Governo Federal tem sim orçamento para atender ao índice apresentado, como vem comprovando há anos a Auditoria Cidadã da Dívida (ACD). O que falta é o Governo Federal em atender as entidades sindicais e valorizar os(as) trabalhadores(as) do funcionalismo federal, que amargam perdas inflacionárias de mais de 45%, em média.

O Sindsprev-PE, assim como as demais entidades sindicais, não aceita a falta de reajuste e recomposição salarial para os servidores e afirma que nos próximos meses será necessário uma união forte de toda a categoria para que haja mobilização e assim possamos lutar por aquilo que é nosso por direito.